

# SUPERENDIVIDAMENTO: SEU TRATAMENTO VIA CÓDIGO DO CONSUMIDOR – AGORA SIM, UMA NECESSIDADE

JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO<sup>1</sup>

Advogado, consultor jurídico (Bonilha, Ratto & Teixeira –  
Advogados)

## EXCERTOS

*“O chamado superendividamento caracteriza-se pela impossibilidade manifestada pelo devedor e boa-fé de fazer frente ao conjunto de suas dívidas não profissionais, exigíveis e não pagas”*

*“Toda a parte do Código de Processo Civil de 1973, que disciplinava a insolvência civil, continua em vigência”*

*“Os órgãos de defesa do consumidor têm perfil propício para desempenhar o papel de orientador de contingente populacional de consumidores bancários”*

*“Atualmente é hora de se regulamentar, sim, o tratamento do fenômeno do superendividamento – que não deixa de ser uma insolvência civil”*

*“Enquanto não sobrevier a alvitada regulamentação da insolvência civil, que nada mais é do que chamamos de incidente de superendividamento, continuarão a coexistir os artigos 748 a 786-A do Código de Processo Civil de 1973”*

## 1. Breves anotações iniciais

**S**empre que consultado nos manifestamos contra qualquer modificação a ser inserida no Código de Defesa do Consumidor. E isso, em síntese, por quatro razões: (i) embora elaborado há 27 anos, ele ainda pode ser considerado a lei consumerista mais moderna do mundo; (ii) ademais, é uma lei manifestamente principiológica<sup>2</sup>, antes de ser um conjunto de prescrições normativas, além de se cuidar de um microsistema inter e multidisciplinar<sup>3</sup>; (iii) trata-se de uma *lei que pegou*, ao contrário de muitas outras que não tiveram a mesma sorte; por isso, eventuais aperfeiçoamentos ou regulamentações podem perfeitamente ser feitas mediante normas de cunho administrativo por meio de decretos ou instruções normativas, como de resto se tem observado<sup>4</sup>; (iv) o grande risco que se corre é o de se lhe introduzirem modificações indesejáveis, sem embargo das boas intenções e sob o pretexto de torná-lo mais atualizado, por exemplo.

Nesse sentido, elaboramos alguns ensaios e artigos, dentre os quais destacamos *Atualidades do Direito do Consumidor no Brasil: 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, conquistas e novos desafios*<sup>5</sup> e *Alterações do Código de Defesa do Consumidor. Comissão Especial do Senado Federal*, aos quais remetemos o paciente leitor<sup>6</sup>.

Referidos trabalhos tiveram por base a análise crítica dos três projetos de lei do Senado Federal (n. 281, 282 e 283/2011), elaborados a partir do trabalho desempenhado por comissão especial de juristas então designados<sup>7</sup>. Diziam eles, os projetos, respeito em suma à disciplina, no bojo do Código de Defesa do Consumidor, do chamado *superendividamento*, do *comércio eletrônico* e das *ações coletivas consumeristas*.

## 2. Conceitos de superendividamento, tipos e inspiração legislativa

**2.1 Conceitos** – O chamado *superendividamento* caracteriza-se pela impossibilidade manifestada pelo devedor de boa-fé de fazer frente ao conjunto de suas dívidas não profissionais, exigíveis e não pagas. Ou seja, dívidas contraídas pelo consumidor no afã de adquirir

produtos ou contratar serviços como destinatário final, levando-o a uma *insolvência civil*.

Há, em regra, dois tipos de devedor *superendividado*: a) ativo – quando ele próprio contribui decisivamente para se colocar nessa situação de consumista, muitas das vezes até compulsivamente (consome mais do que pode e efetivamente necessita); b) passivo – quando, ao revés, vê-se na situação de insolvência por fato superveniente aos contratos de consumo por ele firmados (desemprego, doença ou morte em família, por exemplo).

Podemos apontar como *causas externas* do consumismo, de maneira bastante sintética, *a oferta ou publicidade massiva e abusiva e a criação de necessidades artificiais*.

É bastante elucidativa nesse particular uma oferta publicitária veiculada pela TV e pela *internet* e de responsabilidade de uma instituição de crédito, onde se apregoa, pura e simplesmente, que o empréstimo de qualquer quantia para qualquer mutuário está disponível, mesmo que ele tenha problemas com bancos de dados negativos: “*Agilidade e segurança na liberação do crédito. Sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito*”<sup>8</sup>.

E, embora haja normas e recomendações, sobretudo para o chamado *crédito consignado*, no sentido de não se comprometer mais de 30% do que se percebe na obtenção de crédito, situação que tem como maiores vítimas notadamente as pessoas aposentadas e idosos, não é isso que tem acontecido.

Em matéria de abuso em ofertas e publicidades abusivas, trazemos à colação as ponderações de MARTIN LINDSTROM, em sua impressionante obra crítica sobre as várias técnicas de *marketing*, o que surpreende, até porque se cuida de um dos maiores especialistas e consultores nessa matéria no mundo<sup>9</sup>, tendo como clientes as maiores corporações industriais e comerciais.

Com efeito:

Consumismo gera Protestos – *Na Inglaterra, existe um movimento anticonsumo chamado Enough ('Basta'). Seus simpatizantes acreditam que consumismos demais e que essa cultura exagerada têm grande parcela de responsabilidade por vários males que*

*afligem o planeta – da miséria à destruição do meio ambiente e à alienação social. A corrente estimula as pessoas a se perguntarem: Preciso mesmo disso?; Como viver com mais simplicidade e menos consumo?; e Como me livrar da necessidade de comprar coisas para me sentir bem? Concordo plenamente com essa iniciativa. Posso ser um profissional de marketing, mas também sou consumidor.*

E mais adiante:

*Abstinência de Consumo e Identidade como Consumidor – No ano passado, resolvi passar por uma desintoxicação de marcas, uma espécie de abstinência de consumo. Decidi não comprar nenhuma marca durante um ano. A proposta era usar o que eu já tivesse – roupas, telefone celular e outros itens –, mas sem adquirir nenhuma outra marca. O que eu chamo de ‘marca’? Minha profissão me equipou com uma lente especial, que vê quase tudo existente na Terra como marca – de celulares a computadores, de relógios a roupas, de filmes a livros, de comida a celebridades, e até mesmo meu time favorito. Trata-se de um tipo de identidade, de uma declaração sobre quem somos ou gostaríamos de ser. Em resumo, no atual mundo dominado pelo marketing e pela publicidade, é impossível escapar delas.<sup>10</sup>*

Calcula-se que hoje, no Brasil, haja mais de 50 milhões de superendividados na população economicamente ativa (embora inexistente uma pesquisa segura a esse respeito), fenômeno esse constatado entre nós num curto período, quando multidões de consumidores se viram, repentinamente, aquinhoados com um ganho maior e uma pseudosseguurança para consumir além do razoável e até necessário.

Resta evidenciado, com efeito, que nos dias que correm as famílias, em decorrência da evidente crise que assola país, em que grassa o desemprego, a inflação, redução do poder aquisitivo e os péssimos índices de qualidade de vida, têm comprometido mais penosamente seus ganhos corroídos e mais difíceis de manter<sup>11</sup>.

Em decorrência desses fatores, portanto, agora sim, é mister que se estabeleçam instrumentos menos burocráticos e ágeis no sentido

de se tratar o superendividamento. Até porque, como se verá nos passos seguintes, toda a parte do Código de Processo Civil de 1973, que disciplinava a insolvência civil, continua em vigência, até que lei especial cuide desse sem dúvida angustiante tema.

**2.2 Inspiração legislativa** – Na França há lei específica sobre o assunto (1989), mediante a qual se preveem os remédios para o superendividamento, lei que inspirou claramente os autores do anteprojeto a respeito dessa matéria.

O  
superendividamento  
nos dias correntes  
é, indubitavelmente,  
um gravíssimo  
problema  
econômico-social

No tocante à sua *prevenção*, em síntese, a lei francesa refere-se a: **a) imposição de obrigação de informação especial** sobre as consequências dos contratos que envolvam crédito (art. L.111-1 do *Code de la consommation*); **b) proposta ou oferta realizada pelo fornecedor com prazo de validade** de 15 dias, a contar de sua emissão; **c) prazo especial de reflexão** (7 dias p/ financiamento de bens móveis, e 10

p/ imóveis); **d) conexão entre o contrato de consumo e o acessório de crédito**; **e) regime especial de garantias**; **g) regime especial de tratamento**; ou seja, *a renegociação das dívidas acumuladas e em princípio insolváveis*.

E, no que tange às infringências às exigências retrosumariadas pelos fornecedores, a lei em questão prevê o seguinte, principalmente nas hipóteses de *práticas abusivas, oferta e publicidade enganosas* – **a) sanções de natureza civil**: o tomador do empréstimo fica obrigado ao pagamento das prestações, obviamente, mas com isenção dos juros; **b) restituição** quanto aos valores pagos em razão de exigências abusivas.

As referidas sanções podem ser determinadas, inclusive, pelo juízo criminal, como penalidade acessória, além do juízo cível, se inexistir má-fé ou crime de usura real ou contratual. Destacam-se na lei francesa, outrossim, os chamados prazos de graça ou moratórios, durante os quais os pagamentos parcelados e renegociados não sofrem a incidência de juros.

### 3. Nossos pontos de vista então esposados sobre o tratamento do *superendividamento*

Embora não seja este o momento para comentarmos artigo por artigo, o então PLS n. 283/11, aprovado no plenário do Senado Federal em novembro de 2015 e agora sob análise da Câmara dos Deputados sob o n. 3.515/15, vejamos as principais razões pelas quais havíamos propugnado pela sua rejeição, sem a preocupação de comentários sobre artigos específicos, a não ser o que cuida do tratamento judicial e extrajudicial do mencionado fenômeno.

**3.1 Ref. Art. 104-A** – Referido dispositivo seria o corolário lógico da seção específica que cuida do *superendividamento*. Ou seja, cria-se um procedimento próprio para tratar esse fenômeno de maneira mais singela, é certo, do que a *insolvência civil*, do art. 748 e seguintes do Código de Processo Civil. Todavia, pareceu-nos que o caminho mais apropriado, guardadas as peculiaridades de cada unidade da federação brasileira, seria que cada uma adotasse, mediante provimentos do respectivo Conselho Superior da Magistratura ou órgão equivalente, a adaptação da Lei 9.099/95 (Juizados Especiais). É o que fizeram, por exemplo, os tribunais de justiça dos estados do Paraná<sup>12</sup> e do Rio Grande do Sul. Com efeito, no artigo intitulado *Mercosul e o Desafio do Superendividamento*, CLARISSA COSTA DE LIMA<sup>13</sup> cita o provimento gaúcho:

O art. 1.040-A da Consolidação Normativa Judicial do Estado do Rio Grande do Sul, de 2006, dispõe que: Nas hipóteses de *superendividamento*, resta possibilitada a promoção da fase de conciliação prévia ao processo judicial, instaurando-se situação de concurso de credores, mediante remessa de carta-convite aos credores declarados, por interesse da parte devedora, para a composição das dívidas civis. § 1º – A decisão judicial de homologação da conciliação obtida em audiência designada para esta finalidade terá força de título judicial executivo independentemente da representação das partes por advogados. § 2º – A ausência de conciliação no feito não importará em reconhecimento judicial de uma declaração de insolvência por parte do devedor (art. 753, II, do CPC), havendo arquivamento do

expediente por simples ausência de acordo entre os interessados e registro de informações com mero caráter estatístico. § 3º – O controle estatístico dos expedientes será efetuado por sistema informatizado, cabendo ao Poder Judiciário a gestão de tal banco de dados.

Conforme nos é dado observar da justificação para tanto, em síntese, tratar-se-ia de um *aggiornamento*, uma atualização, do CDC – Código de Defesa do Consumidor, decorridos já mais de 20 anos agora de sua entrada em vigor.

Ora, o CDC não envelheceu. Ao contrário, muitos dos dispositivos considerados *revolucionários* no Código Civil de 2002 foram claramente inspirados nos corajosos e pioneiros dispositivos do CDC. Se a intenção, outrossim, é meramente dar melhor redação ou explicitação aos dispositivos, sobretudo quando se cuida do consumo mediante outorga de crédito, por exemplo, corre-se o risco de não apenas não serem acolhidos pelas casas legislativas, como também de dar-se azo a que retirem do texto original a própria proteção prevista pelo art. 52, por exemplo, como decorrência, aliás, do tão questionado § 2º do art. 3º, alvo de ação direta de inconstitucionalidade. Isto é: aberta a possibilidade de *revisão do CDC*, qualquer interessado se arvorará no direito e oportunidade de não apenas não aceitar as supostas inovações que se lhe querem atribuir, como também de retirar-lhe conquistas de mais de 20 anos.

Por fim, é de se salientar que embora tenhamos já instrumentos adequados, como já visto, para tratamento do propalado *superendividamento*, economistas esclarecem que o nosso comprometimento de ganhos com relação à obtenção de créditos é infinitamente menor do que em outros países, em especial os mais desenvolvidos. Cuidar-se-ia, em última análise, de modismo e superafetação inútil, à luz de diretivas da União Europeia e da lei francesa que cuidam especificamente da matéria, conforme deixamos claro no artigo publicado no *site* [www.cognitiojuris.com.br](http://www.cognitiojuris.com.br).

É imperioso reconhecer, todavia, que essas últimas assertivas não são mais verdadeiras, já que o *superendividamento* nos dias correntes é, indubitavelmente, um gravíssimo problema econômico-social.



**3.2 Instrumentos alternativos extrajudiciais** – No artigo intitulado *O Superendividamento: proposta para o seu tratamento*, NEIDE AYOUB, após discutir com bastante acuidade e à luz de sua farta experiência na qualidade de então coordenadora do Núcleo de Superendividamento no PROCON de São Paulo<sup>14</sup>, pondera:

Os órgãos de defesa do consumidor têm perfil propício para desempenhar o papel de orientador de contingente populacional de consumidores bancários dado o alto poder de interlocução, além do caráter neutro e isento de interesses comerciais, bem como o seu corpo técnico experiente nas demandas de crédito e ainda com as informações de que dispõe sobre as práticas dos fornecedores e nível de dificuldade dos consumidores a partir de reclamações fundamentadas, bem como da experiência de renegociações de dívidas, além de seu poder fiscalizatório. Outro fator nesse sentido é a proximidade com o consumidor simples considerando que as pessoas se distanciam dos agentes que tratam de investimentos, letras do tesouro e demais produtos destinados ao investidor, o que faz do PROCON o órgão ideal para disseminar informações em uma linguagem decodificada ao público leigo.<sup>15</sup>

Além dos PROCONs<sup>16</sup>, órgãos precípuos de proteção e defesa do consumidor, portanto, e dos juizados especiais já referidos, figuram como instrumentos importantes para a solução do estado de superendividamento já instalado os próprios organismos privados e até mantenedores de bancos de dados de devedores, tais como a SERASA-EXPERIAN, os Clubes de Dirigentes Lojistas e os Serviços de Proteção ao Crédito das Associações Comerciais, designadamente a de São Paulo, a FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos e outros, como instâncias informais. Nelas, pelo que se tem observado, são promovidos verdadeiros *mutirões* com vistas à busca de soluções conciliatórias entre fornecedores, de um lado, e superendividados, de outro, de tempos em tempos<sup>17</sup>.

Gostaríamos de salientar nesta oportunidade, por conseguinte, que, não obstante nos mantenhamos inflexíveis com relação a qualquer alteração no texto do Código de Defesa do Consumidor, por razões

já por nós exaustivamente expostas nos trabalhos retromencionados, é certo que, no que tange ao *superendividamento*, há uma exceção. Exceção essa, todavia, que não nos parece que confira ao legislador inteira e absoluta licença para aditar o estatuto consumerista a seu bel prazer.

**3.3 Fundamento** – Sem entrarmos, como já advertido linhas atrás, em detalhes dos demais dispositivos aventados para a lei cujo projeto está sob apreciação da Câmara dos Deputados, concentramo-nos naqueles que, em suma, procuram tratar do fenômeno do *superendividamento* em juízo ou antes dele. Isso porque, consoante dispõe o art. 1.052 do atual Código de Processo Civil<sup>18</sup>:

Até a edição de **lei específica, as execuções contra devedor insolvente**, em curso ou que venham a ser propostas, permanecem reguladas pelo Livro II, Título IV, da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Impende salientar, ainda nesse aspecto, que nem o PLS n. 283/2011 nem o ora em trâmite perante a Câmara dos Deputados (PLC n. 3.515/15) preocuparam-se com esse detalhe, com a revogação dos dispositivos que tratam exatamente da insolvência civil no antigo Código de Processo Civil, conforme aguarda o dispositivo antes colacionado do estatuto processual civil ora em vigor.

Atualmente, portanto, é hora de se regulamentar, sim, o tratamento do fenômeno do *superendividamento* – que não deixa de ser uma *insolvência civil*, conforme acentuamos linhas atrás, em que se prevejam as hipóteses e os procedimentos para a novação das dívidas, em última instância.

Continuamos a nos opor, contudo, a eventual regulamentação de mecanismos *preventivos* do *superendividamento*, eis que já suficientemente regulados pelo próprio Código de Defesa do Consumidor.

E, nessa esteira, vejam-se os dispositivos já presentes no estatuto consumeristas, em síntese, que cuidam dessa questão, de molde a se demonstrar a desnecessidade de modificações pretendidas pelo PLC n. 3.515/15.

Aliás, além dos pontos pinçados e que têm relação com dispositivos do Código do Consumidor, há outras salvaguardas de cunho principalmente preventivo, como a vedação de ofertas e publicidades abusivas ou enganosas, de práticas e cláusulas abusivas (cf. artigos 29 a 54).

### 3.3.1 Salvaguardas preventivas

**a) vedação da cláusula-mandato.** Consoante disposto pelo inc. VIII do art. 51 do CDC, *são nulas de pleno direito*, cláusulas que “*imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor*”. Essa questão foi, inclusive, objeto de *súmula do STJ*, de n. 60, cujo enunciado é o seguinte: “*É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste*”. A Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital de S. Paulo viu-se às voltas, no início dos anos 90, com contratos de administradoras de cartões de crédito que continham essa cláusula. Foram instaurados a respeito inquéritos civis para que houvesse a sua revisão, sob pena de ação civil pública com o mesmo desiderato. A maioria das empresas concordou com as recomendações ministeriais, advindo, porém, algumas ações que inspiraram a mencionada *súmula*<sup>19</sup>.

**b) informações cabais** – art. 52, CDC – “*No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre: I – preços do produto ou serviço em moeda corrente nacional; II – montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; III – acréscimos legalmente previstos; IV – número e periodicidade das prestações; V – soma total a pagar, com e sem financiamento.*”

**c) Liquidação antecipada** – § 2º do art. 52 – “*É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.*”

**d) Redação dos contratos** – § 3º do art. 54 do CDC – “*Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e caracteres ostensivos e legíveis ‘em fonte não inferior ao corpo 12’, para facilitar sua compreensão pelo consumidor.*”

#### 4. Quadro comparativo

Vejamos, a seguir, um quadro comparativo entre o que estava disposto no Código de Processo Civil de 1973, as disposições dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e do Paraná, e o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n. 3.515/15.

#### CPC de 1973

#### **Título IV – DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE**

##### **Capítulo I – DA INSOLVÊNCIA**

Art. 748 – Dá-se a insolvência toda vez que as dívidas excederem à importância dos bens do devedor.

Art. 749 – Se o devedor for casado e o outro cônjuge, assumindo a responsabilidade por dívidas, não possuir bens próprios que bastem ao pagamento de todos os credores, poderá ser declarada, nos autos do mesmo processo, a insolvência de ambos.

Art. 750 – Presume-se a insolvência quando:

I – o devedor não possuir outros bens livres e desembaraçados para nomear à penhora;

II – forem arrestados bens do devedor, com fundamento no art. 813, I, II e III.

Art. 751 – A declaração de insolvência do devedor produz:

I – o vencimento antecipado das suas dívidas;

II – a arrecadação de todos os seus bens suscetíveis de penhora, quer os atuais quer os adquiridos no curso do processo;

III – a execução por concurso universal dos seus credores;

Art. 752 – Declarada a insolvência, o devedor perde o direito de administrar os seus bens e de dispor deles, até a liquidação total da massa.

Art. 753 – A declaração de insolvência pode ser requerida:

I – por qualquer credor quirografário;

II – pelo devedor;

III – pelo inventariante do espólio do devedor.

##### **Capítulo II – DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO CREDOR**

Art. 754 – O credor requererá a declaração de insolvência do devedor, instruindo o pedido com título executivo judicial ou extrajudicial.

Art. 755 – O devedor será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, opor embargos; se os não oferecer o juiz proferirá, em 10 (dez) dias, a sentença.

Art. 756 – Nos embargos pode o devedor alegar:

I – que não paga por ocorrer alguma das causas enumeradas nos arts. 741, 742 e 745, conforme o pedido de insolvência se funde em título judicial ou extrajudicial;

II – que o seu ativo é superior ao passivo.

Art. 757 – O devedor ilidirá o pedido de insolvência se, no prazo para opor embargos, depositar a importância do crédito, para lhe discutir a legitimidade ou o valor.

Art. 758 –

Art. 758 – Não havendo provas a produzir, o juiz dará a sentença em 10 (dez) dia; havendo-as designará audiência de instrução e julgamento.

### Capítulo III – DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO

Art. 759 – É lícito ao devedor ou ao seu espólio, a todo tempo, requerer a declaração de insolvência.

Art. 760 – A petição dirigida ao juiz da comarca em que o devedor tem o seu domicílio, conterá:

I – a relação nominal de todos os credores, com a indicação do domicílio de cada um, bem como da importância e da natureza dos respectivos créditos;

II – a individuação de todos os bens, com a estimativa do valor de cada um;

III – o relatório do estado patrimonial, com a exposição das causas que determinaram a insolvência.

### Capítulo IV – DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA

Art. 761 – Na sentença, que declarar a insolvência, o juiz:

I – nomeará, dentre os maiores credores, um administrador da massa;

II – mandará expedir edital, convocando os credores para que apresentem, no prazo de 20 dias, a declaração do crédito, acompanhado do respectivo título.

Art. 762 – Ao juízo da insolvência concorrerão todos os credores do devedor comum.

§ 1º – As execuções movidas por credores individuais serão remetidas ao juízo da insolvência.

§ 2º – Havendo em alguma execução, dia designado para a praça ou o leilão, far-se-á a arrematação, entrando para a massa o produto dos bens.

### Capítulo V – DAS ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR

Art. 763 – A massa dos bens do devedor insolvente ficará sob a custódia e responsabilidade de um administrador, que exercerá as suas atribuições, sob a direção e superintendência do juiz.

Art. 764 – Nomeado o administrador, o escrivão o intimará a assinar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas termo de compromisso de desempenhar bem a fielmente o cargo.

Art. 765 – Ao assinar o termo, o administrador entregará a declaração de crédito, acompanhada do título executivo. Não o tendo em seu poder, juntá-lo-a no prazo fixado pelo art. 761, II.

Art. 766 – Cumpre ao administrador:

I – arrecadar todos os bens do devedor, onde quer que estejam, requerendo para esse fim as medidas judiciais necessárias;

II – representar a massa, ativa e passivamente, contratando advogado cujos honorários serão previamente ajustados e submetidos à aprovação judicial;

III – praticar todos os atos conservatórios de direito e de ações, bem como promover a cobrança das dívidas ativas;

IV – alienar em praça ou leilão, com autorização judicial, os bens da massa.

Art. 767 – O administrador terá direito a uma remuneração, que o juiz arbitrará, atendendo à sua diligência, ao trabalho, à responsabilidade da função e à importância da massa.

### Capítulo VI – DA VERIFICAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

Art. 768 – Findo o prazo a que se refere o n. II do art. 761, o escrivão, dentro de 5 (cinco) dias, ordenará todas as declarações, autuando cada uma com o seu respectivo título. Em seguida intimará, por edital, todos os credores para, no prazo de 20 (vinte) dias, que lhes é comum, alegarem as suas preferências, bem como a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade de dívidas e contratos.

Parágrafo único – No prazo, a que se refere este artigo, o devedor poderá impugnar quaisquer créditos.

Art. 769 – Não havendo impugnações, o escrivão remeterá os autos ao contador, que organizará o quadro geral dos credores, observando quanto à classificação dos créditos e dos títulos legais de preferência o que dispõe a lei civil.

Parágrafo único – Se concorrerem aos bens apenas credores quirografários, o contador organizará o quadro, relacionando-os em ordem alfabética.

Art. 770 – Se, quando for organizado o quadro geral dos credores, os bens da massa já tiverem sido alienados, o contador indicará a percentagem, que caberá a cada credor no rateio.

Art. 771 – Ouvidos todos os interessados, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o quadro geral dos credores, o juiz proferirá sentença.

Art. 772 – Havendo impugnação pelo credor ou pelo devedor, o juiz deferirá, quando necessário, a produção de provas e em seguida proferirá sentença.

§ 1º – Se for necessária prova oral, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.

§ 2º – Transitada em julgado a sentença, observar-se-á o que dispõem os três artigos antecedentes.

Art. 773 – Se os bens não forem alienados antes da organização do quadro geral, o juiz determinará a alienação em praça ou em leilão destinando-se o produto ao pagamento dos credores.

## Capítulo VII – DO SALDO DEVEDOR

Art. 774 – Liquidada a massa sem que tenha sido efetuado o pagamento integral a todos os credores, o devedor insolvente continua obrigado pelo saldo.

Art. 775 – Pelo pagamento dos saldos respondem os bens penhoráveis que o devedor adquirir, até que se lhe declare a extinção das obrigações.

Art. 776 – Os bens do devedor poderão ser arrecadados nos autos do mesmo processo, a requerimento de qualquer credor incluído no quadro geral, a que se refere o art. 769, procedendo-se à sua alienação e à distribuição do respectivo produto aos credores, na proporção dos seus saldos.

## Capítulo VIII – DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 777 – A prescrição das obrigações, interrompida com a instauração do concurso universal de credores, recomeça a correr no dia em que passar em julgado a sentença que encerrar o processo de insolvência.

Art. 778 – Consideram-se extintas todas as obrigações do devedor, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do encerramento do processo de insolvência.

Art. 779 – É lícito ao devedor requerer ao juízo da insolvência a extinção das obrigações; o juiz mandará publicar edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, no órgão oficial e sem outro jornal de grande circulação.

Art. 780 – No prazo estabelecido no artigo antecedente, qualquer credor poderá opor-se ao pedido, alegando que:

I – não transcorreram 5 (cinco) anos da data do encerramento da insolvência;

II – o devedor adquiriu bens, sujeitos à arrecadação (art. 776).

Art. 781 – Ouvido o devedor no prazo de 10 (dez) dias, o juiz proferirá sentença; havendo provas a produzir, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.

Art. 782 – A sentença que declarar extintas as obrigações, será publicada por edital, ficando o devedor habilitado todos os atos da vida civil.

#### Capítulo IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 783 – O devedor insolvente poderá, depois da aprovação do quadro a que se refere o art. 769, acordar com os seus credores, propondo-lhes a forma de pagamento. Ouvidos os credores, se não houver oposição, o juiz aprovará a proposta por sentença.**

Art. 784 – Ao credor retardatário é assegurado o direito de disputar, por ação direta, antes do rateio final, a prelação ou a cota proporcional do ao seu crédito.

Art. 785 – O devedor, que caiu em estado de insolvência sem culpa sua, pode requerer ao juiz, se a massa o comportar, que lhe arbitre uma pensão, até a alienação dos bens. Ouvidos os credores, o juiz decidirá.

Art. 786 – As disposições deste Título aplicam-se às sociedades civis qualquer que seja a sua forma.

Art. 786-A – Os editais referidos neste Título também serão publicados, quando for o caso, nos órgãos oficiais dos Estados em que o devedor tenha filiais ou representantes.

**Nota => Não há, em tese, a possibilidade de tentativa de conciliação entre devedor e credores, evitando o litígio propriamente dito, a não ser nas condições preconizadas pelo artigo 783, mas já arrecadados os eventuais bens do devedor insolvente e preparado o quadro geral de credores.**



## PROVIMENTOS OU RESOLUÇÕES DE TRIBUNAIS

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 1.040 – Nas hipóteses de superendividamento, resta possibilitada a **promoção da fase de conciliação prévia** ao processo judicial, instaurando-se situação de concurso de credores, mediante remessa de carta-convite aos credores declarados, por interesse da parte devedora, para a composição das dívidas civis.

§ 1º – A decisão judicial de **homologação da conciliação obtida em audiência designada** para esta finalidade terá força de título judicial executivo independentemente da representação das partes por advogados.

§ 2º – **A ausência de conciliação no feito não importará em reconhecimento judicial de uma declaração de insolvência por parte do devedor** (art. 753, II, do CPC), havendo arquivamento do expediente por simples ausência de acordo entre os interessados e registro de informações com mero caráter estatístico.

§ 3º – O controle estatístico dos expedientes será efetuado por sistema informatizado, cabendo ao Poder Judiciário a gestão de tal banco de dados.

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

#### RESOLUÇÃO N. 01/2011 – CSJEs

Protocolo n. 247.326/2008

Veiculada no Diário da Justiça Eletrônico n. 613 de 15/04/2011

Dispõe sobre o tratamento de superendividamento de consumidores perante os Juizados Especiais Cíveis.

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, considerando a competência prevista nos artigos 93 e 95, ambos da Lei Federal n. 9.099/95, 13, X, e 109, ambos da Constituição Estadual, 58, VIII, e 60, § 8º, ambos do Código de Organização e Divisão Judiciárias e 9º, I, da Resolução n. 07/2004 –CSJEs

RESOLVE:

Art. 1º. Criar e autorizar a instalação do projeto de tratamento das situações de superendividamento de consumidores perante os Juizados Especiais Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, mediante a Coordenação de Juiz Supervisor designado pela Supervisão-Geral dos Juizados Especiais.

§ 1º. O projeto tem por objetivo mediar a renegociação de dívidas decorrentes de relação de consumo (não profissionais), do devedor pessoa física, de boa-fé, que se vê impossibilitado de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (superendividado), com todos os seus credores, de acordo com seu orçamento familiar, de modo a garantir a subsistência básica de sua família.

§ 2º. A implantação deste projeto, nos moldes desta Resolução, poderá ser feita por qualquer Juizado Especial Cível do Estado do Paraná, mediante requerimento do juiz supervisor interessado e autorização do Supervisor-Geral do sistema.

Art. 2º. Os juizados integrantes do projeto terão competência para promover e homologar a conciliação, pré ou para processual, realizada em audiência de renegociação designada para esse fim entre os consumidores-devedores e os credores declarados que sejam aderentes.

Art. 3º. Para ter acesso ao procedimento a que se refere esta deliberação, o consumidor-devedor precisa ser pessoa física, maior de 18 (dezoito) anos, capaz e estar de boa-fé, devendo preencher formulário-padrão, fornecido pela Coordenação do projeto, no qual declarará as suas dívidas, os seus credores, seus dados pessoais, socioeconômicos e demais informações pertinentes.

§ 1º. As dívidas referidas no *caput* deste dispositivo devem ter por origem relação de consumo, não profissionais, podendo ser vencidas ou a vencer, inexistindo limitação quanto ao valor individual ou global para o fim de fixação da competência.

§ 2º. O consumidor-devedor deverá ser advertido de que sua boa-fé será medida de acordo com a veracidade dos dados fornecidos.

Art. 4º. No momento do pedido é agendada a data da audiência de renegociação, para a qual já ficará cientificado o consumidor-devedor. Parágrafo único. Os credores declarados serão convidados a comparecer à audiência de renegociação por meio da remessa de carta-convite padrão, preferencialmente pela via eletrônica, podendo, para tanto, ser previamente ajustado o fornecimento dos endereços eletrônicos.

**Art. 5º. A audiência de renegociação será, preferencialmente, em sessão coletiva, na qual a mediação será realizada com o consumidor superendividado e todos os credores aderentes, ou se necessário, em sessões individuais, presidida por Juiz de Direito ou Conciliador.**

**Parágrafo único.** Buscar-se-á na audiência de renegociação a obtenção de acordo que observe a preservação do mínimo existencial para o consumidor-devedor.

**Art. 6º.** Se obtida a conciliação, será o respectivo termo de audiência distribuído e, após, homologado por sentença pelo juiz supervisor, constituindo título executivo judicial, sendo que os termos do acordo devem constar da ata da respectiva audiência, em documento único, com identificação de cada credor singularmente, valores acordados, forma de pagamento e consequências em caso de descumprimento.

**§ 1º.** Não ocorrendo a conciliação, o feito é arquivado, sem implicar o reconhecimento judicial de declaração de insolvência pelo consumidor devedor.

**§ 2º.** A ausência injustificada do devedor à audiência ou o descumprimento de acordo anteriormente firmado no projeto implicará a impossibilidade de novamente se beneficiar do procedimento.

**Art. 7º.** A estruturação de pessoal e de material que se fizer necessária deverá ser objeto de pedido da Coordenadoria do projeto ao Supervisor-Geral do Sistema de Juizados Especiais, o qual, assentindo, diligenciará perante a Presidência do Tribunal de Justiça e outros órgãos.

**Art. 8º.** Os casos omissos serão resolvidos pela Supervisão-Geral do sistema.

**Art. 9º.** Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 06 de abril de 2011.

**NOTA => Procedimentos bastante simples e com possibilidade desde logo de conciliação entre devedor e credores.**

### PLC 3.515/15

**Art. 104-A.** A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, **o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, visando à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo**, com a presença de todos os credores, em que o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.

§ 1º Excluem-se do processo de repactuação as dívidas de caráter alimentar, as fiscais, as parafiscais e as oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar o pagamento, bem como as dívidas oriundas dos contratos de crédito com garantia real, dos financiamentos imobiliários e dos contratos de crédito rural.

§ 2º O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação de que trata o caput deste artigo acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora.

**§ 3º No caso de conciliação, com qualquer credor, a sentença judicial que homologar o acordo descreverá o plano de pagamento da dívida, tendo eficácia de título executivo e força de coisa julgada.**

§ 4º Constarão do plano de pagamento:

I – medidas de dilação dos prazos de pagamento e de redução dos encargos da dívida ou da remuneração do fornecedor, entre outras destinadas a facilitar o pagamento das dívidas;

II – referência à suspensão ou extinção das ações judiciais em curso;

III – data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e cadastros de inadimplentes;

IV – condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem o agravamento de sua situação de superendividamento.

§ 5º O pedido do consumidor a que se refere o caput deste artigo não importa declaração de insolvência civil e poderá ser repetido somente após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contado da liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento homologado, sem prejuízo de eventual repactuação.

Art. 104-B. Inexistindo a conciliação em relação a quaisquer credores, o juiz, a pedido do consumidor, instaurará processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes mediante plano judicial compulsório, procedendo à citação de todos os credores cujos créditos não tenham integrado o acordo porventura celebrado.

§ 1º Serão considerados, se for o caso, os documentos e as informações prestadas em audiência.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, os credores citados juntarão documentos e as razões da negativa de aceder ao plano voluntário ou de renegociar.

§ 3º O juiz poderá nomear administrador, desde que isso não onere as partes, o qual, no prazo de até 30 (trinta) dias, após cumpridas as diligências eventualmente necessárias, apresentará plano de pagamento contemplando medidas de temporização ou atenuação dos encargos.

§ 4º O plano judicial compulsório assegurará aos credores, no mínimo, o valor do principal devido, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, e preverá a liquidação total da dívida em, no máximo, 5 (cinco) anos, sendo a primeira parcela devida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua homologação judicial, e o restante do saldo devido em parcelas mensais iguais e sucessivas.

Art. 104-C. Compete concorrentemente aos órgãos públicos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor a fase conciliatória e preventiva do processo de repactuação de dívidas, nos moldes do art. 104-A, no que couber.

§ 1º Em caso de conciliação administrativa para prevenir o superendividamento do consumidor pessoa natural, os órgãos públicos poderão promover, nas reclamações individuais, audiência global de conciliação com todos os credores e, em todos os casos, facilitar a elaboração de plano de pagamento, preservando o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, sob a supervisão desses órgãos, sem prejuízo das demais atividades de reeducação financeira cabíveis.

§ 2º O acordo firmado perante os órgãos públicos de defesa do consumidor, em caso de superendividamento do consumidor pessoa natural, deverá incluir a data a partir da qual será providenciada a exclusão do consumidor de bancos de dados e cadastros de inadimplentes, assim como o condicionamento de seus efeitos à abstenção, pelo consumidor, de condutas que importem o agravamento de sua situação de superendividamento, especialmente a de contrair novas dívidas.

**Nota => aqui também preocupação primordial com um “concurso de credores” conciliatório, antes de qualquer execução propriamente dita das dívidas.**

## 5. Conclusão

Vê-se pela coluna da esquerda, o quão longo e penoso é o procedimento previsto *ainda em vigor* em termos de processo civil para o *superendividado (rectius devedor insolvente)*. Em quase 50 anos de

vivência com o direito, somente vimos dois casos de insolvência civil, ao lado certamente de diversas falências comerciais propriamente ditas.

Portanto, enquanto não sobrevier a alvitrada regulamentação da *insolvência civil*, que nada mais é do que chamamos de *incidente de superendividamento*, continuarão a coexistir os artigos 748 a 786-A do Código de Processo Civil de 1973 e *procedimentos mais simplificados* adotados, como visto, por alguns órgãos do Poder Judiciário, como Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e outros, mediante *provimentos* e convênios com os PROCONs, por estes mesmos e entidades não governamentais, em negociações com vistas ao atendimento e socorro aos superendividados.

Cremos, com efeito, que como o dispositivo citado da vigente lei processual civil fala em previsão das execuções contra devedor insolvente *em lei específica*, o Código de Defesa do Consumidor talvez seja, realmente, mas somente agora, o lugar mais adequado para tanto. Até porque *para o devedor não consumidor*, ou seja, o fornecedor de produtos e serviços, há os procedimentos próprios da falência e recuperação judicial. E para tanto bastaria a inserção de emenda ao projeto em trâmite na Câmara dos Deputados, para declarar finalmente revogados os dispositivos mencionados do antigo Código de Processo Civil.

Continuamos, entretanto, a guardar reservas com relação aos demais dispositivos alvitrados no agora PLC n. 3.515/15<sup>20</sup>.

## Notas

1. José Geraldo Brito Filomeno. Advogado, consultor jurídico (Bonilha, Ratto & Teixeira – Advogados) e professor especialista em Direito do Consumidor, membro da Academia Paulista de Direito e coordenador da Comissão Geral de Ética do Governo Estadual. Foi Procurador Geral de Justiça do Estado de S. Paulo, o primeiro membro do Ministério Público do Brasil a exercer as funções de Curadoria Especializada em Defesa do Consumidor, vice-presidente e relator geral da comissão especial de juristas que elaborou o anteprojeto do vigente Código de Defesa do Consumidor.
2. Destacando-se os princípios da *boa-fé, transparência, vulnerabilidade, hipossuficiência para efeitos de inversão do ônus da prova, destinação final de produtos e serviços*.
3. **Multidisciplinar** na medida que contém dispositivos de outros diplomas legais como, por exemplo, a responsabilidade civil objetiva, interpretação

mais favorável dos contratos à parte mais fraca, inversão do ônus da prova, delitos específicos contra as relações de consumo, prescrições de caráter administrativo etc. **Interdisciplinar** porquanto mantém relacionamento com praticamente todos os ramos do Direito, a começar pela Constituição Federal que é sua gênese, Códigos Civil, Comercial, Processos Civil e Penal, normas de caráter administrativo etc.

4. Por exemplo: a) regulamentação do CDC para definição de infrações administrativas, procedimento para a imposição de sanções (Decreto Federal 2.181/97; Lei Estadual (SP) 10.177/99 e Portaria PROCON 45/15); b) precificação de produtos (Lei Federal 10.962/04); c) termos de quitação anual relativo a pagamentos por serviços contínuos (Lei Federal 12.007/09); d) informes de tributos que incidem sobre produtos e serviços (Lei Federal 12.741/12); e) agendamento de entrega de produtos e execução de serviços (Lei Estadual (SP) 13.747/09); f) prática do *recall* (Portaria MJ 487/15; g) funcionamento dos SACs (Decreto Federal 6.523/08 e Portaria 2.014/08); h) *ranking* das 10 maiores empresas reclamadas junto aos PROCONs (Lei Estadual (SP) 15.218/13); i) comércio por meio eletrônico (Decreto Federal 7.962/13) e outros.
5. In Revista Jurídica *Cognitio Juris*, ano I, n. 1, abril de 2011, ISSN 2236-3009, editada por [www.cognitiojuris.com.br](http://www.cognitiojuris.com.br) e na Revista Eletrônica de Atualidades Jurídicas n. 13, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB ([www.oab.org.br/editora/default.asp](http://www.oab.org.br/editora/default.asp)).
6. In Revista da Academia Paulista de Direito, coordenação de Rogério Donnini e Celso Antônio Pacheco Fiorillo, Editora Fiuza, SP, ano 1, n. 2, jul/dez 2011, p. 117-152. Também publicado pela Revista Eletrônica [www.cognitiojuris.com.br](http://www.cognitiojuris.com.br), e pela Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo, Bonijuris, J.M. Editora, Curitiba, PR, v. II, n. 04, dezembro de 2012, p. 85-128.
7. Ministro Antônio Hermen de Vasconcellos e Benjamin, professores Ada Pellegrini Grinover, Cláudia Lima Marques, Leonardo Bessa, Kazuo Watanabe e Roberto Castellanos Pfeiffer.
8. Fonte: [www.crefisa.com.br/produtos/credito-pessoal](http://www.crefisa.com.br/produtos/credito-pessoal)
9. *Brandwashed: o lado oculto do marketing – controlamos o que compramos ou são as empresas que escolhem por nós?* HSM Ed., SP, 1a. ed., 2012, p. 17.
10. Ob. cit., p. 18.
11. SUPERENDIVIDAMENTO E O PIB – Fonte: Folha de S. Paulo, edição de 6-7-2011, p. B-4 VINICIUS TORRES FREIRE: “O BRASILEIRO está superendividado? A pergunta se tornou assunto na mídia econômica do mundo. A opinião mais ‘pop’ e frequente diz que sim. Os mais alarmistas, em geral mais ignorantes do Brasil, acreditam que a parte da renda dedicada ao pagamento dos empréstimos teria chegado a um nível semelhante ao de países que viveram estouro de bolhas de crédito. Antes de mais nada, note-se que os dados disponíveis para comparações internacionais sobre o peso da dívida na renda das famílias são precários. Mesmo que as metodologias sejam ajustadas, ainda assim é preciso comparar contextos (evolução de renda, prazos e juros das dívidas, se as taxas de juros são flutuantes ou fixas etc.). Em seguida, observem-se dados



menos incertos. O total da dívida em relação ao PIB é de 54% no Brasil. No vizinho Chile, 98%; na China, 112%; nos EUA, 203%; no Reino Unido, 214% (inclui dinheiro captado no mercado de capitais doméstico, dados do Banco Mundial, tirados de estudo do banco HSBC). O endividamento das famílias ('pessoa física') é de 42% da renda líquida no Brasil, segundo dados da OCDE, apresentados ontem no Congresso pelo presidente do Banco Central, Alexandre Trombini. Nos EUA, é de 104%; no Japão, 126%; no Reino Unido, 171%. A medida mais precisa para avaliar o endividamento das famílias, seria o peso da dívida: a parcela da renda mensal dedicada ao pagamento de juros e principal. A depender do método, a média brasileira estaria entre 20% e 30%. Fora dos bancos, inexistente informação sobre a distribuição da dívida: quanta gente está mais endividada do que a média. Um estudo do HSBC, junho passado, resume assim a situação: 1) O Brasil vive um boom, não uma bolha de crédito – o total do crédito em relação ao tamanho da economia (estoque de crédito-PIB) cresceu rápido, mas era e ainda é baixa; 2) O perfil da dívida das famílias tem melhorado desde 2004. As taxas de juros são cadentes, o crédito migra para modalidade mais seguras e baratas (imóveis, consignado, veículos, em vez de cartão de crédito e cheque especial); 3) Medidas macroprudenciais limitaram a aceleração do endividamento (mais exigências de capital bancário, limitações de prazos, mais exigência de pagamento da dívida do cartão etc.); 4) A renda das famílias está crescendo; 5) A dívida está mais pesada para as famílias, 'mas longe de ser uma situação alarmante nos níveis atuais. 'Desde que os salários cresçam no ritmo da inflação, não se espera nenhuma deterioração além do movimento cíclico' (decorrente de altas e baixas de juros, em suma do crescimento do PIB). Note-se, de resto, que para o bem ou para o mal faltam ou são raros no Brasil os instrumentos financeiros que permitem alavancagem excessiva de dívida; inexistem securitizações malucas e em massa de dívida bancária. A regulação bancária do país é forte (a capitalização dos bancos está acima da média global). Enfim, há muita provisão nos bancos para créditos duvidosos – a banca é conservadora no crédito ao consumidor (ou parece ser, segundo os dados disponíveis no Banco Central)."

12. Cfr. no *site* [www.tjpr.jus.br/superendividamento](http://www.tjpr.jus.br/superendividamento) exposição com gráficos e figuras sobre o procedimento instituído pela Resolução TJPR n. 01/2011, reproduzida no quadro comparativo a seguir. Acesso em 16-11-2016.
13. *Revista Direito do Consumidor* n. 73, janeiro/março de 2010, Thomsom Reuters (Revista dos Tribunais), p. 11-50.
14. Artigo publicado na obra coletiva por nós coordenada e intitulada *Tutela Administrativa do Consumidor: atuação dos PROCON's, legislação, doutrina e jurisprudência*, Atlas, S.P., 1ª edição, 2014, p. 343-366.
15. Cf. obra citada, p. 365.
16. A Fundação PROCON-SP promove cursos gratuitamente sobre Educação Financeira, com enfoque especial na prevenção e no "tratamento" do superendividamento. Cf. [www.procon.sp.gov.br](http://www.procon.sp.gov.br). Também o recentemente instalado PROCON Metropolitano de São Paulo, Capital, organizou um curso



especial sobre essa matéria, nos dias 8 a 11 de novembro de 2016, e igualmente se reveste de mais uma alternativa para iniciativas no que tange ao tratamento e assessoramento aos superendividados.

17. Cf. <https://economia.uol.com.br> (acesso em 17-9-2016): “NOME SUJO? Evento em SP ensina como negociar dívidas e limpar seu nome. *Voluntários da Serasa Experian fazem um plantão de atendimento neste sábado (17) para ajudar os consumidores a saber se estão com o nome sujo e orientá-los a renegociar dívidas e limpar o nome. Também haverá palestras sobre o que fazer em caso de desemprego. As atividades fazem parte da 3ª Semana do Voluntariado da Serasa Experian e acontecem na cidade de São Paulo (capital) e em São Carlos (SP). Em São Paulo, além da Serasa, estarão presentes o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e o CAT (Centro de Atendimento ao Trabalhador). Os consumidores poderão consultar vagas de estágio e de empregos e tirar carteira de trabalho. Todas as atividades são gratuitas e abertas ao público. O atendimento será por ordem de chegada e serão distribuídas senhas no local. Não é preciso chegar com antecedência, segundo a Serasa.*”
18. Lei Federal 13.105, de 16-3-2015.
19. Cf. nosso artigo *Ação Coletiva Consumerista: origens e evolução*, na obra coletiva coordenada por ÉDIS MILARÉ, *Ação Civil Pública após 30 Anos*, Ed. Revista dos Tribunais (Thomson Reuters), 2015, p. 461-476.
20. Texto de ensaio elaborado em 16-11-2016, e revisto em 15-8-2017.